



territórios negros

Informativo de apoio às Comunidades Negras Rurais do Rio de Janeiro e Espírito Santo • Publicação de KOINONIA

ano 3 • nº4 • 2003

editorial

Voltamos a público depois de longo atraso com um informativo renovado e ampliado em seu conteúdo. A partir deste número destacaremos o trabalho de coleta e organização de notícias sobre comunidades negras rurais no Brasil. Além do *clipping* da grande imprensa e da pesquisa em diversas redes de informação da internet, passamos a consultar as associações estaduais de remanescentes de quilombos ou diretamente os representantes das comunidades quilombolas e das organizações que lhes dão apoio.

Trata-se de um esforço novo, que tem por objetivo armazenar uma memória do movimento por direitos em territórios negros e de divulgá-la no interior das próprias comunidades. Para isso, também estamos trabalhando para realizar uma distribuição nacional mais eficaz desse informativo, por meio da parceria com as entidades representativas dos próprios quilombos. Já firmamos acordos com a Aconeruq – Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (MA), com a Arquimo – Associação dos Remanescentes de Quilombos de Oriximiná (PA) e com o Iacoreq – Instituto de Assessoria a Comunidades Remanescentes de Quilombo (RS), contando com a previsão de atingirmos cerca de 650 comunidades apenas nesses três estados.

Vale registrar também que, enquanto estamos fechando essa edição, prolongam-se em Brasília as discussões sobre o novo decreto que deve regulamentar o “artigo 68”. Uma série de impasses tem marcado essas discussões, mas dois pontos fundamentais parecem estar sendo

garantidos: a prioridade da auto-identificação para o reconhecimento dos remanescentes de quilombos e a possibilidade de se realizarem desapropriações como forma de viabilizar o acesso dessas comunidades às terras reivindicadas.

A grande e boa novidade desse processo, responsável por tais avanços, é a participação ativa dos quilombolas



Arquivo TN

na discussão, que contou também com a participação de representantes do Ministério Público e da Associação Brasileira de Antropologia. Por isso vale encerrar esse editorial com a fala da liderança quilombola Givânia (PE) sobre os debates do Grupo de Trabalho Interministerial:

“A presença dos quilombolas no processo foi um aprendizado. Em um primeiro momento chegamos a nos perguntar o que estávamos fazendo aqui, se estávamos no lugar certo, mas temos certeza de que conseguimos dar nossa contribuição em nome das comunidades quilombolas. Discordamos, muitas vezes, por entender que o papel do técnico é transformar o que pensamos, sem mudar o nosso desejo. Os quilombolas não agüentam mais, é preciso uma política que de fato atenda nossos anseios. Chegamos aqui crentes na possibilidade de avançar, e, acho que avançamos. Esse decreto sai com a cara de um pouco mais de democracia e com um olhar nosso. Mas entendemos, também, que nossa luta não termina aqui”.

AP

► **MULHERES NEGRAS DE MACAPÁ RECEBEM CAPACITAÇÃO.** Cerca de 30 mulheres deverão participar das oficinas oferecidas pelo projeto Bori Obirin (que significa alimento de mulher) desenvolvido pelo Instituto de Mulheres Negras do Amapá (Imena). As participantes são das comunidades do Curiaú, Casa Grande e da comunidade quilombola do Coração, em Macapá.

As oficinas serão oferecidas em dois módulos: o primeiro visa a valorização da auto-estima da mulher negra e o segundo, a melhoria do trabalho artesanal produzido pelas mulheres.

MA

► **AÇÕES EM DEFESA DE ALCÂNTARA.** Cerca de cinco mil moradores das comunidades Samucangaua, Iririzal, Ladeira, Só Assim, Santa Maria, Canelatiua, Itapera e Mamuninha, todas no município de Alcântara, no Maranhão, vêm sofrendo processos de desapropriação devido à instalação do Centro de Lançamento de Alcântara. Tentando garantir os direitos das comunidades de Alcântara, a Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (Aconeruq), o Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alcântara, em parceria com o Relator Nacional de Direito à Moradia, organizaram no dia 25 de abril a primeira audiência pública para discutir o projeto de implantação da Base de Lançamento Espacial.

O resultado dessa audiência originou um relatório que foi apresentado em reunião com a Seppir e a Articulação Nacional de Remanescentes de Quilombo. O relatório pede que o Governo Federal crie um Grupo de Trabalho Interministerial, com a participação dos quilombolas, para discutir sobre as áreas de conflito com a União. Em princípio, essas áreas são Alcântara

(MA), Marambaia (RJ) e Morro Alto (RS).

No dia 11 de julho, foi protocolada pela Associação de Comunidades Negras Rurais Quilombolas – com o apoio da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos – uma ação contra a União buscando a emissão de títulos de propriedade a comunidades quilombolas de Alcântara, no Maranhão.

A ação foi feita em nome da Aconeruq, que representa os interesses das cerca de 200 famílias de Itamatatua e 35 famílias de Só-Assim, localizadas na zona rural de Alcântara.

Mais Informações com a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, pelos tels (11) 3271-1237 / 3275-4789 / 9613-0247.

MG

► **PROJETO DE MAPEAMENTO DE QUILOMBOLAS EM MINAS GERAIS.** Após cerca de dois anos de expectativa, o Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva – Cedefes – teve aprovado o projeto “Quilombos Gerais: Identificação e Documentação de Comunidades Negras Rurais Quilombolas em Minas Gerais”. O projeto visa fazer um levantamento sistemático das comunidades negras rurais em Minas Gerais, aprofundando o estudo de cinco delas. Os trabalhos começaram no mês de agosto. Em carta, a Coordenação agradeceu a KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, pelo apoio. “Sem dúvida, o apoio desta entidade foi de fundamental importância para que o projeto fosse apoiado pela KZE/Misereor”, destacou Ricardo Álvares da Silva, Coordenador do Projeto Quilombos Gerais.

► **USINA DESALOJA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PORTO CORIS.** Com 200 hectares registrados no ano 2000 e 86 moradores, Porto Coris (Vale do Jequitinhonha) foi a primeira comunidade em Minas Gerais a receber o título de remanescente de quilombo. Porto Coris

fica à margem do rio Jequitinhonha, na área que será submersa pelo reservatório da usina hidrelétrica de Irapé, cujo enchimento está previsto para começar em novembro de 2004.

O reassentamento desta comunidade quilombola deverá alterar uma das principais características distintivas do grupo: o uso e a relação com a terra. O destino da comunidade de Porto Coris deverá ser a fazenda Mandassaia, área de 2.200 hectares com características das terras de chapada – planas, com poucas fontes de água e cultivadas intensivamente. A preocupação dos líderes da comunidade quilombola de Porto Coris é a provável dispersão de moradores, após fracassos na lavoura nas terras da fazenda Mandassaia. Para amenizar a falta de água na região, a Companhia de Eletricidade de Minas Gerais (Cemig) encomendou à prefeitura um projeto de construção de bombas e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), por sua vez, fará um projeto de preparo da terra para algumas culturas, assim como mostrará outras alternativas de plantio. O sentimento dos Coris pode ser resumido nas palavras do mais velho do grupo, neto de Germano Coelho, Pedro de Souza Coelho, de 83 anos, que ao ser questionado sobre a mudança respondeu com a pergunta: “Largar onde a gente nasceu e se criou e ir para um deserto, saindo de um lugar de onde nunca saí?”.

► **QUILOMBOLAS DOS AMAROS OCUPAM TERRAS EM PARACATU.** A população de Paracatu acompanha de perto uma briga por terras que começou há 148 anos. A comunidade dos Amaros, uma família de descendentes de escravos, quer retomar a terra que no início do século XIX pertenceu a Álvaro Pereira das Mercês, tataravô dos Amaros atuais. No início do mês de agosto, cerca de 35 pessoas ocuparam um pedaço dos 732 hectares do que pode ter sido um engenho. O objetivo do grupo é

montar uma espécie de quilombo contemporâneo. O sucesso da ocupação da comunidade dos Amaros foi comemorado em uma festa religiosa chamada Caretadas, no primeiro dia de acampamento na fazenda.

Um documento de 22 páginas, que está no arquivo da cidade mineira, pode comprovar a origem da terra e embasar a reivindicação dos Amaros. O documento traz detalhes que podem servir de prova para um processo de reintegração de posse. Os advogados da Fundação Palmares devem entrar com o pedido assim que acabarem de interpretar todas as informações do inventário. Hoje as terras estão nas mãos de vários fazendeiros, que já tentaram vendê-las em 1998. Na mesma época, os remanescentes de escravos entraram com um processo de reintegração de posse, mas o juiz da comarca de Paracatu derrubou a ação, alegando que o inventário estava inelegível, pois os advogados dos Amaros apresentaram à Justiça uma cópia xerox, ao invés do original.

► **LAUDO ANTROPOLÓGICO SOBRE GORUTUBA.** “Gorutuba” é o nome de um povoado remanescente de um quilombo em Minas Gerais. Eles são descendentes de escravos fugitivos e hoje ocupam cerca de 90km² às margens do rio Gorutuba, no norte de Minas. Eles vivem basicamente do trabalho no martelete e na enxada, cultivam a agricultura de subsistência e conseguem algum dinheiro vendendo farinha de mandioca.

Agora os gorutubanos correm o risco de perder os 26 mil hectares de terra onde cultivam a roça. É que, na década de 1970, a região foi invadida por grileiros e vendida para grandes latifundiários. Como não possuem a escritura dos lotes, os gorutubanos têm dificuldade para reivindicar a posse das terras que pertenceram aos seus antepassados.

Um convênio firmado no fim de 2002 entre a Universidade Católica de Brasília e a Fundação Palmares

para a elaboração de um laudo antropológico da área trouxe esperança para os gorutubanos. A equipe responsável pelo laudo pretende ainda mobilizar igreja, ONGs e o poder público local para a construção de uma rede social de apoio às 25 comunidades de gorutubanos com ações emergenciais de saúde, saneamento básico, agroecologia e educação.

► **VISITA DE MINISTRA AO QUILOMBO DO SAPÉ, EM BRUMADINHO.** A Comunidade do Quilombo do Sapé, em Brumadinho, recebeu a visita da ministra-chefe da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Matilde Ribeiro.

Situado a aproximadamente 60km de Belo Horizonte, o Quilombo do Sapé ou Comunidade do Sapé, como também é conhecido, organizou uma bonita festa para recepcionar a ministra, com a apresentação da Guarda de Congo de São Benedito do Sapé de Nossa Senhora do Rosário. A presidente da Associação Comunitária do Quilombo do Sapé, senhora Matozinha de Fátima Silva, leu um documento no qual reivindicou a intervenção da ministra para que a comunidade seja objeto de maior atenção por parte dos poderes públicos federal, estadual e principalmente municipal. A ministra Matilde Ribeiro afirmou que a questão dos remanescentes de quilombo, assim como da promoção de políticas afirmativas – dentre as quais as cotas universitárias – são duas prioridades da Seppir.

MS

► **VISITA DE MINISTRA A FURNAS DE DIONÍSIO.** Cerca de trezentos moradores da comunidade de Furnas de Dionísio receberam a visita da ministra de Promoção e Assistência Social, Benedita da Silva, que anunciou o início de um programa para agilizar os processos de reconhecimento das terras e implementar os projetos de desenvolvimento sustentável já existentes na região. A ministra também

garantiu a distribuição de cestas básicas para as comunidades por um período de três meses. A data para o início da distribuição ainda não foi divulgada. Há três meses vinte mulheres da comunidade se reúnem com um grupo de artesãos de Campo Grande, que tem ido à comunidade apresentar novas técnicas de artesanato a partir da experiência dos moradores. O grupo pretende realizar uma primeira exposição ainda este ano.

► **ENCONTRO DE QUILOMBOLAS NO RIO GRANDE DO SUL.** Foi incluído no Plano Plurianual (2004/2007) e encaminhado à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, projeto que prevê a destinação de R\$ 5 milhões e 800 mil para a regularização fundiária dos quilombos existentes no Estado. Segundo a presidente do Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra (Codene/RS), Ivonete Carvalho, os quilombos localizados no Estado que foram estudados e para os quais foram elaborados laudos são Casca (em Mostrada), São Miguel e Martiniano (Região de Santa Maria), Arvinha e Mormaço (Região de Passo Fundo) e Morro Alto (em Maquine). No mês de agosto a Assembléia Legislativa, em Porto Alegre, recebeu o II Encontro das Comunidades Remanescentes de Quilombos e Quilombolas do Rio Grande do Sul, com a participação de representantes de todas as áreas do Estado.

MT

► **GRAVES CONFLITOS EM MATA CAVALO.** No dia 21 de maio de 2003 uma das lideranças da comunidade de Mata Cavallo (Livramento), Gonçalves Almeida, esteve em Brasília com a ministra Matilde Ribeiro e conseguiu interromper mais um despejo naquela comunidade. No dia 29 de maio o governador de Mato Grosso, uma comissão de moradores de Mata Cavallo, representante do Ministério Público Federal e fazendeiros da localidade participaram de uma reunião

com a Secretaria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial (Seppir). A partir dessa reunião o Ministério Público encaminhou, junto a Seppir, um plano de indenizações aos fazendeiros, ficando o governo do Mato Grosso responsável pelo levantamento exato do número de moradores da área reclamada. Havia muita expectativa por parte da comunidade quanto aos desdobramentos dessa reunião, pois esperava-se que os moradores que estão desabrigados pudessem retornar para suas casas, ocupando a maior parte das terras que lhes pertencem e das quais foram retirados. Porém, o conflito recomeçou e os fazendeiros não querem aguardar as medidas propostas, retomando os despejos. Aqueles que resistem são expulsos por capangas armados. No dia 4 de junho os moradores conseguiram uma reintegração de posse que lhes permite ficar numa pequena área da propriedade. Enquanto aguardam alguma medida de socorro, os moradores vivem de doações, pois não podem trabalhar no pequeno espaço de terra em que vivem hoje.

PA

► **OFICINA PARA QUILOMBOLAS NO PARÁ.** Por iniciativa da Associação dos Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO) e da CPI-SP, foi realizada entre os dias 22 a 24 de julho na Comunidade Bacabal, no Município de Oriximiná, a Oficina Terra e Desenvolvimento Sustentado – II. No encontro foram aprovadas as propostas de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentado das comunidades quilombolas. A oficina reuniu, durante três dias, 35 quilombolas de 10 municípios paraenses, bem como dois integrantes das comunidades Ivaporunduva e Sapatu do Estado de São Paulo.

► **ENCONTRO E MULHERES NEGRAS QUILOMBOLAS DO PARÁ.** O Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa) realizou entre os dias 19 e 22 de junho, o II Encontro

de Mulheres Negras Quilombolas do Pará. O local do encontro foi a Comunidade Remanescente de Quilombo de Deus Ajude, no município de Salvaterra, arquipélago de Marajó. O encontro contou com a presença de 159 participantes (na sua maioria de mulheres quilombolas) vindos de vários municípios do estado, com a participação ainda de representantes dos estados do Amapá e Maranhão.

Os grupos presentes ao encontro reforçaram a importância da participação de mulheres adultas e jovens na ampliação da unidade e da atuação, aumentando o número de vozes e de propostas. A conclusão dos participantes é de que só com essa força e influência será possível mudar a situação de centenas de famílias que não têm o título da terra e que, embora ocupem seus territórios há muito tempo, estes vêm sendo tomados por fazendeiros ou empresários. O encontro contou com o apoio da Secretaria Executiva de Justiça do Estado do Pará, através do Programa Raízes, da Prefeitura Municipal de Salvaterra.

PE

► **OFICINAS CULTURAIS QUILOMBOLAS EM CASTAINHO.** A comunidade quilombola de Castainho, em Garanhuns, recebeu um belo incentivo para fortalecer seus laços culturais. O Festival de Inverno realizou neste ano cinco oficinas na comunidade: dança, percussão, fotografia, história e cerâmica.

Este é o terceiro ano que a comunidade recebe as oficinas. No primeiro ano foram apenas as oficinas de dança e percussão e foi difícil completar as turmas. Hoje a situação é bem diferente: as turmas de 20 alunos estão lotadas de jovens, adolescentes e crianças, não só da comunidade de Castainho, mas também de comunidades vizinhas, como Estivas, Caluete, Timbó e Estrela.

RJ

► **ASSESSORIA JURÍDICA À ILHA DA MARAMBAIA.** Dois advogados liga-

dos ao Grupo de Trabalho Jurídico promovido por KOINONIA visitaram a ilha da Marambaia no intuito de acompanhar o depoimento de quatro moradores ao Comando Militar, sobre as denúncias de atitudes truculentas dos militares feitas no Seminário Memorial da Marambaia, realizado por KOINONIA e pelo Ministério Público. Ao término das inquirições, o Comandante do Centro de Adestramento da Ilha de Marambaia (Cadim), responsável pela sindicância instaurada para apurar as denúncias, arquivou o procedimento, já que, por falta de provas, não foram constatadas as transgressões das quais foram acusados os militares locais. Em conversa informal com os dois advogados, o Comando concordou com a proposta de elaboração de uma cartilha dos direitos e deveres dos civis e militares na Ilha da Marambaia.

O objetivo do Grupo de Trabalho Jurídico é dar assessoria às comunidades quilombolas do Estado do Rio de Janeiro. O Grupo vem atuando no acompanhamento de processos junto ao Ministério Público, que visam o reconhecimento de comunidades como remanescentes de quilombo e a garantia dos direitos fundiários dessas populações.



Resgate de memória em Alto da Serra

► **AÇÕES EM DEFESA DE COMUNIDADE DE ALTO DA SERRA EM RIO CLARO.** A Coordenadoria de Relações com Populações Tradicionais do Instituto Cultural Palmares, que tem como coordenador Nelson dos Santos Filho, em parceria com KOINONIA e Ministério Público, começou a assessorar a comunidade do

Alto da Serra, em Lídice, Rio Claro. Em julho, a Coordenadoria encaminhou representação à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, para avaliar a possibilidade de reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo.

No último dia 15 de agosto, KOINONIA – por meio do Projeto Territórios Negros e do Grupo de Trabalho Jurídico – Ministério Público Federal e Coordenadoria de Populações Tradicionais estiveram reunidos com a comunidade de Alto da Serra na tentativa de encontrar uma solução para o problema fundiário. A comunidade está sendo proibida de plantar em áreas que sempre foram usadas para roça, além de estar sendo expulsa de parte das terras que ocupa. A reunião contou ainda com a presença de representantes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Rio de Janeiro (IPHAN-RJ) e da Fundação Cultural Palmares.

Nos dias 27 e 28 de setembro foi realizado o primeiro encontro para a reconstrução da história da comunidade do Alto da Serra. Os moradores levaram fotos, documentos e tudo mais que possa contar a história da comunidade local. Esse é o primeiro passo que a comunidade estará dando em busca do seu reconhecimento como remanescente de quilombo.

► **FESTA DE JONGO NO QUILOMBO DA FAZENDA SÃO JOSÉ DA SERRA.** O Quilombo da Fazenda São José da Serra, em Valença, interior do estado, preparou uma grande festa de Jongo no dia 20 de setembro, em homenagem a Mãe Zeferina, grande líder espiritual e dona do jongo do Quilombo de São José, falecida no último mês de julho. Na oportunidade foi inaugurado o Centro de Ensino e Cultura Mãe Zeferina do Nascimento. A programação foi aberta com a celebração de uma Missa Afro e durante todo o dia os presentes assistiram e participaram de rodas de Capoeira e Jongo.



Bênção da fogueira em São José da Serra

Arquivo TN

SP

► **PRAIA GRANDE É RECONHECIDA COMO QUILOMBO.** O Diário Oficial do Estado de São Paulo publicou em 13 de junho, o parecer da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) reconhecendo a comunidade de Praia Grande, em Iporanga, como remanescente de quilombo. A partir do reconhecimento, é deflagrado o processo de titulação do território em nome da Associação de Moradores da comunidade. Praia Grande conta com uma população de 26 famílias que ocupam uma área de cerca de 1.343 hectares aonde só se chega de barco.

Até agora, o Itesp reconheceu no Estado de São Paulo 14 comunidades remanescentes de quilombos; a maioria dessas comunidades está no Vale do Ribeira. Estão em andamento os trabalhos de reconhecimento do quilombo de Camburi, em Ubatuba; outras 16 comunidades já foram identificadas pelo Itesp no Estado de São Paulo.

GERAL

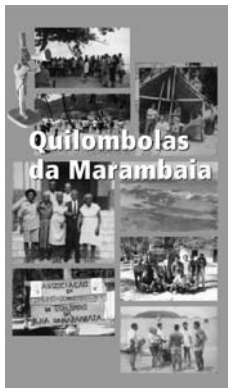
► **GRUPO DE TRABALHO SOBRE REGULAMENTAÇÃO DO ARTIGO 68.** O presidente da República assinou no dia 13 de maio um decreto instituindo um Grupo de Trabalho Interministerial que será responsável pela avaliação do Decreto 3.912, de 10 de setembro de 2001, que regulamenta o Artigo 68 do ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O Grupo esteve reunido nos dias 14 e 15 de julho, em Brasília, para elaborar um relatório de atividades. O relatório aborda temas

como: desapropriação de terras, unidade de conservação, registro de título em cartório, laudo antropológico e competências do Incra e da Fundação Palmares. Ainda entre os dias 16 e 17 de julho, o GTI esteve reunido com representantes de vários ministérios, discutindo políticas públicas para as comunidades quilombolas. A coordenação do GTI é feita pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e por representantes da Casa Civil.

Integram o Grupo de Trabalho Interministerial: José Silvano Silva Santos, da comunidade Trombetas-Bacabal/Oriximiná (PA), Oriel Rodrigues de Moraes, Ivaporunduva/El-dorado (SP), Givânia Maria da Silva e Conceição das Crioulas/Salgueiro (PE). Os suplentes são Ivo Fonseca Silva, Frechal/Mirinzal (MA), Roberto Potasio Rosa, Vovô Geraldo-São Miguel/Restinga Seca (RS) e Gonçalves Eva de Almeida, Mata Cavalo/Nossa Senhora do Livramento (MT).

► **PROPOSTAS DE POLÍTICA PARA OS POVOS DO CAMPO.** Dia 5 de agosto foi realizado o seminário nacional *Os Problemas Brasileiros e Perspectivas (Terra, Meio Ambiente, Economia e Política)*, organizado pelo Conselho Indigenista Missionário (em sua XV Assembléia Geral) e pelo Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, no auditório da Procuradoria Geral da República, em Brasília. No documento final do seminário os organizadores elaboraram uma lista de nove propostas, apresentadas ao governo e à sociedade brasileira, para enfrentar os graves problemas que atingem os povos indígenas, os trabalhadores rurais sem terra, os pequenos agricultores familiares, os quilombolas e demais povos do campo. No seu nono e último parágrafo o documento apresenta como proposta: *“A criação de programa nacional de titulação de terras de quilombos e de um programa de promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas”*.



VÍDEO “QUILOMBOLAS DA MARAMBAIA”. Trata-se de um documentário de 10 minutos sobre as dificuldades da comunidade que luta contra a Marinha pelo direito de permanecer e

utilizar a área da ilha da Marambaia. Para ter acesso ao vídeo, entre em contato com KOINONIA – Territórios Negros. O vídeo será reproduzido a preço de custo.



CRIOULAS – A VOZ DA RESISTÊNCIA. O boletim *Crioulas* – a *Voz da Resistência*, da comunidade de

Conceição das Crioulas/PE, divulga informações das ações da comunidade, entretenimentos e curiosidades.

O telefone da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas é (87) 3946-1011 e o site é www.conceicaodascrioulas.com.br.

ENTREVISTA COM LIDERANÇA QUILOMBOLA. A vereadora Givânia Maria da Silva, do município de Salgueiro/PE, deu entrevista para o site Ibase sobre algumas das conquistas que vêm modificando a vida da população de Conceição das Crioulas, comunidade remanescente de quilombo criada no século 18 por seis escravas. (Leia em <http://www.ibase.br/pubibase/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid>).



Arquivo TN

Depoimento de BEATRIZ INOCÊNCIO e SÔNIA MACHADO, comunidade da Marambaia/RJ, sobre a participação no III Encontro Ecumênico de Mulheres do Vale do Paraíba, em São Paulo, durante os dias 28 e 29 de julho

“Às 8:30 fomos acolhidas pela Ester da Koinonia pondo em nosso pescoço um lindo lenço, desejando-nos boas vindas e entregando uma pasta com instruções.

Depois nos reunimos no pátio da escola para uma pequena celebração de abertura com a pastora Dalva da Igreja do Evangelho Quadrangular. Em seguida teve uma dinâmica das fitas coloridas.

Após a primeira dinâmica fomos para a sala onde foi realizada a primeira palestra coordenada pela psicóloga Tais Fátima, que presta serviço ao hospital São Francisco/São Paulo. Ela falou sobre a saúde integral da mulher e da importância do conhecimento do corpo e do amor próprio. Após o lanche houve mais um debate com a Dra. Taís, que esclareceu e respondeu algumas perguntas. Deram depoimentos a Sra Maria das Dores e Débora, da Instituição Amor Exigente, que trabalha com doentes dependentes químicos. Débora falou de sua experiência com seu filho de 16 anos e de seu esposo, ambos dependentes químicos.

Ao meio-dia, pausa para o almoço. Retornamos com a abertura das oficinas: *Massoterapeuta* – Rennê; e *Sexualidade e Aids* – Jenny. Voltamos ao pátio e foi realizada a segunda dinâmica na qual tínhamos que completar as frases: *Eu sou um tesouro sem mapa* (Oneida – SP) e *Eu sou seu mapa meu tesouro* (Beatriz – RJ).

Os participantes foram divididos em dois grupos: um ficou com a massoterapeuta Rennê Lisboa Mateus, que ensinou relaxamento e massagem. E o outro ficou com Jenny Lilia Andrade, psicóloga, que falou sobre os riscos da Aids e nos fez abrir os olhos para o preconceito que sofre o portador de HIV, para que nos colocássemos em seu lugar.

Após a oficina *Sexualidade e Aids*, houve um encerramento com homenagem às organizadoras e palestrantes e entrega de brindes.

No final do encontro, duplas de participantes tiveram que selar um compromisso confeccionando uma corrente forte com as fitas coloridas para o ano que vem. Compromissos que serão cobrados. O meu (Beatriz) compromisso foi de passar para a comunidade tudo que aprendi nesse encontro para que eles nos ajudem e se unam mais a nós.

Gostei muito de conviver com pessoas de idéias diferentes, com muita luz, muita fé e muita garra. Isso fez muito bem para a minha cabeça. Gostei e tenho certeza que passando tudo isso para a minha comunidade eles irão gostar também.” (Beatriz)

Cabula, culto afro-brasileiro do Sapê do Norte/ES

Em 1963 a revista da Comissão Espírito-Santense de Folclore comemorava o centenário do primeiro bispo do Espírito Santo, Dom João Batista Correa Nery, que foi também o primeiro a descrever a cerimônia da “Cabula”, culto praticado por negros no interior do estado. As anotações do bispo, realizadas em 1901, sobre aquela “misteriosa” cerimônia foram citadas, posteriormente, por importantes pesquisadores como Nina Rodrigues e Artur Ramos.

O bispo João Nery se refere à “Cabula” como uma cerimônia que era praticada exclusivamente por negros, mas que após a abolição, em 13 de maio de 1888, passou a ser praticada por brancos e negros, chegando a ter “mais de oito mil pessoas iniciadas”. A “Cabula” foi definida por ele como um culto africano baseado no segredo absoluto imposto aos seus membros, com rituais de iniciação, palavras sagradas, gestos e recursos particulares que possibilitassem o reconhecimento entre os adeptos.

Suas sessões eram realizadas em casa ou, mais comumente, nas florestas à noite. Essas sessões têm o nome de “mesa” e se dividiam em “Mesa de Santa Bárbara”, “Mesa de Santa Maria” e “Mesa de São Cosme e São Damião”. O objetivo principal dos membros da “Cabula” seria, segundo o bispo, receber a direção de “Tatá”, um espírito bom com poder de guiar e proteger seus fiéis em todas as suas necessidades. Nessas anotações, o bispo registrou uma grande quantidade de termos utilizados pelos “cabulistas” durante as cerimônias: camanás (irmãos), caialos (profanos), Tatá (espírito familiar), mesa (reunião), camucite (lugar de reunião), curimá (brincar), candaru (fogo), enba (pó sagrado), etc.

O bispo encontrou a prática da “Cabula” em “três freguesias” do Espírito Santo, mas não citou quais. Em 1952, o folclorista Guilherme Santos Neves entrou em contato com Arnulfo Neves, uma das pessoas que acompanhou o bispo em suas incursões pelo interior do estado; ele revelou que as três freguesias que se encontram no relato do bispo são os atuais municípios de São Mateus, Conceição da Barra



Arquivo TN

Comunidade de São Jorge, Conceição da Barra/ES

e Linhares – que na época pertenciam à freguesia de Santa Cruz. Ainda segundo Arnulfo Alves, era em São Mateus que a prática da Cabula se fazia mais intensa, irradiando para as outras duas “freguesias”.

Hoje a popularidade da Cabula é muito menor e a maioria das pessoas se recusa a declarar que participa ou mesmo que sabe o que vem a ser o culto. Isso porque o interesse do bispo ao descrever a Cabula não era nem folclórico, nem científico, mas foi a forma mais eficiente, segundo ele mesmo declarou, de conhecer o culto para destruí-lo.

João Nery foi o agente da maior repressão religiosa vivida pelos negros do Norte do Espírito Santo, consolidando tardiamente a entrada da Igreja Católica por aqueles sertões.

Hoje, quando voltam a se organizar em torno da identidade quilombola, as populações negras de Conceição da Barra e São Mateus recuperam as reminiscências dessa repressão e, aos poucos, superam a censura imposta por cerca de cem anos ao culto.

Hoje sabemos que o desaparecimento da Cabula foi apenas aparente e, ainda que se manifeste de forma bastante transformada com relação à descrição feita para o início do século, ela sobrevive em seu tradicional segredo, em vários dos povoados negros remanescentes da escravidão e das expulsões da Ara-cruz Celulose SA, que ocupou a maior parte de seu território com eucaliptais.

As famílias de Cacau e Ovos

No ano de 1874, um conjunto de escravos que formavam a mão de obra do Engenho Santo Antonio da Campina, localizado na parte norte da Ilha de Colares, no Estado do Pará, foi incluído em uma transação de terras. Terra e escravos passaram às mãos do advogado Domingos Antonio Raiol – Barão de Gajará. Os Raiol foram proprietários dessas terras durante 54 anos. Desde então, os descendentes desses escravos vêm sendo submetidos a uma série de privações e expropriação de terras por sucessivos proprietários. A partir do fim da ordem escravagista, surgiram nessa localidade dois povoados, o de Mané João e o de Cacau e Ovos; representam a organização social das famílias de homens livres e suas histórias estão associadas ao antigo engenho de Santo Antônio da Campina.

As famílias de descendentes de escravos de Cacau e Ovos experimentaram a expropriação das terras e as mudanças nas atividades econômicas que reduziram as possibilidades de acesso aos recursos que sempre tiveram, como por exemplo, o acesso aos frutos de açaí ou às madeiras para construção de casas e barcos ou para a eventual comercialização. Os antigos locais de ocupação dessas famílias mudaram profundamente com a transformação da madeira, peixe e palmito em mercadorias valorizadas. A instalação clandestina de uma fábrica para produção de palmito provocou a derrubada de uma parte da vegetação de várzea.

Desde 1928 essas terras vêm sendo negociadas sucessivamente e as famílias dessas localidades vêm surgir novos donos sem ter nunca a certeza da natureza e legalidade das transações ocorridas. As duas mais recentes transferências de propriedade ocorreram em 1970 e 1981, para dois empresários. A negociação de 1970 foi feita por um migrante paulista do ramo de extração e beneficiamento do palmito de açaí. Seu objetivo era expandir os empreendimentos palmiteiros para a região. Sua atuação estava vinculada ao processo de integração econômica da Amazônia e ao aumento das exportações, recebendo, assim, incentivo fiscal da Sudam. Em 1981, uma nova negociação foi feita pela firma Empreendimentos Agroindus-

triais do Pará SA (Empasa), que declarou a posse de uma propriedade de 14.446 hectares. Posteriormente, esse cadastro foi questionado junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Nos últimos anos têm se intensificado as tensões e conflitos entre a Empasa e um grupo de famílias que experimenta as restrições ao uso dos recursos da área e ainda está submetida ao controle dos empregados da Empasa. Essas famílias encontram-se concentradas em uma área de menos de 100 hectares, cercados por uma cerca construída pela própria empresa. A proibição do uso de recursos como terra, floresta, manguezais, igarapés e lagos é o que tem gerado o conflito, na medida que atinge a sobrevivência dos membros dessas famílias.

Hoje as famílias estão organizadas na Associação Quilombola de Cacau visando recuperar o direito de usar uma terra ocupada por elas há 129 anos. Elas reivindicam junto ao Instituto de Terras do Pará (Iterpa) a demarcação e titulação das terras com base no artigo 68 da Constituição Federal. O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos acaba de realizar um laudo sobre eles, visando o seu reconhecimento como remanescentes de quilombo.

territóriosnegros

Este boletim é produzido pelo projeto EGBÉ – TERRITÓRIOS NEGROS de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço. Sua periodicidade é bimestral, com tiragem de 1.500 exemplares, dirigido às comunidades negras rurais do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Está disponível também na *home page* de KOINONIA. Colabore com notícias e manifeste sua opinião.

Secretário-executivo de KOINONIA *Rafael Soares de Oliveira*

Coordenador para o Rio de Janeiro e Espírito Santo e editor do Informativo *José Mauricio Arruti*

Pesquisadoras *Alessandra Tosta e Mariza Rios*

Assistente de pesquisa *Ana Emília Gualberto*

Programação visual *Anita Slade*

Revisão *Helena Costa*

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço
Rua Santo Amaro, 129 Glória
22211-230 Rio de Janeiro RJ
Telefone (21) 2224-6713 Fax (21) 2221-3016
territoriosnegros@koinonia.org.br
www.koinonia.org.br

